

Sumário

PARTE I

DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSO CONSTITUCIONAL

CAPÍTULO 1

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL

<i>Fredie Didier Jr.</i>	27
--------------------------------	----

CAPÍTULO 2

OS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - UM DIVISOR DE ÁGUAS NA HISTÓRIA DA JUSTIÇA FEDERAL

<i>Gilmar Ferreira Mendes</i>	33
Introdução.....	33
1. Breve histórico dos juizados especiais federais	34
2. Os procedimentos nos juizados especiais federais	35
3. Os juizados especiais federais e o supremo tribunal federal.....	38
3.1. O recurso extraordinário contra decisão de juizados especiais federais.....	38
3.2 Juizados especiais federais e a repercussão geral	42
Conclusão	44

CAPÍTULO 3

CONTROLE JUDICIAL DAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

<i>Joana Carolina Lins Pereira</i>	47
Introdução.....	47
1. Panorama normativo.....	48
2. Jurisdição e coisa julgada	50
3. Controle dos atos administrativos e decisões dos tribunais de contas. Os julgados mais recentes do stf	53
4. O acórdão como título executivo extrajudicial e a oposição através de embargos.....	59
Conclusão	60
Referências bibliográficas	60

CAPÍTULO 4

O PREQUESTIONAMENTO FICTO NA APRECIÇÃO DO RECURSO ESPECIAL

<i>Lázaro Guimarães</i>	63
-------------------------------	----

CAPÍTULO 5

A MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO: ANÁLISE E CRÍTICA AO INSTITUTO

<i>Marco Aurélio Mello</i>	71
Introdução.....	71
1. A modulação dos efeitos da decisão e a jurisprudência do supremo.....	72
Conclusão	80

CAPÍTULO 6

NOTAS SOBRE O PREQUESTIONAMENTO FICTO NO NOVO CPC

<i>Raul Araújo Filho • Rommel Barroso da Frota</i>	83
Introdução.....	83
1. Definição de prequestionamento.....	84
2. Espécies de prequestionamento	87
3. Os embargos de declaração e o prequestionamento.....	89
4. O prequestionamento ficto ou virtual e seus requisitos.....	97
5. O prequestionamento ficto e as questões de fato	101
6. A constitucionalidade do prequestionamento ficto.....	106
Conclusões	107
Bibliografia	108

CAPÍTULO 7

A MODULAÇÃO DOS EFEITOS DAS DECISÕES QUE ALTERAM JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ (ART. 927, § 3º, DO NOVO CPC)

<i>Ricardo Villas Bôas Cueva</i>	109
Introdução.....	109
1. A superação de precedentes e a atribuição de efeitos prospectivos	111
2. A modulação dos efeitos das decisões do STJ.....	117
Considerações finais.....	125
Referências bibliograficas	127

CAPÍTULO 8

O EFEITO DEVOLUTIVO DOS RECURSOS EXCEPCIONAIS, O NOVO CÓDIGO E A AGILIDADE DE PROCESSO

<i>Teresa Arruda Alvim • Maria Lúcia Lins Conceição</i>	129
1. Apresentação da temática versada	129
2. Sobre os efeitos devolutivo e translativo	130
3. Sobre a possibilidade de se avaliar a correção da subsunção dos fatos à norma jurídica, feita pelo tribunal a quo, pelo STJ e pelo STF	139
4. Sobre a necessidade de os tribunais de 2.º grau decidirem todas as causas de pedir e todos os fundamentos da defesa	150
5. Omissão do juiz quanto à apreciação de fatos relevantes para o deslinde da causa. Relevantes segundo quem? – Fatos e questionamento	159

PARTE II

DIREITO CIVIL

CAPÍTULO 1

A REVISÃO JUDICIAL DOS CONTRATOS: BOA-FÉ, QUESTÕES E PERSPECTIVAS

<i>Humberto Martins</i>	167
Introdução.....	167
1. Aspectos conceituais	167
2. A revisão judicial dos contratos	169
2.1. Contratos de consumo	170
2.2. Contratos civis.....	171
2.3. Contratos administrativos	173
3. Jurisprudência do superior tribunal de justiça.....	174
Conclusão	187
Referências bibliográficas	188

CAPÍTULO 2

REVISÃO CONTRATUAL E BOA-FÉ: CONFRONTO INEVITÁVEL?

<i>José Antonio Dias Toffoli • Roberta Maria Rangel</i>	189
Introdução.....	189

1. As cláusulas gerais, os fatores de correção e as lacunas da lei.....	190
2. A revisão judicial dos contratos de direito civil no ordenamento jurídico.....	195
3. A boa-fé no ccb.....	198
Conclusão	201
Referências bibliográficas	202

CAPÍTULO 3

REVISÃO CONTRATUAL E BOA-FÉ OBJETIVA: CONVERGÊNCIAS E CONFRONTOS POSSÍVEIS

<i>Rommel Barroso da Frota</i>	205
Introdução.....	205
1. A ideia de boa-fé objetiva	206
2. A limitação de direitos subjetivos pela boa-fé.....	214
3. A revisão contratual no brasil	218
4. A boa-fé objetiva como possível elemento de limitação da revisão contratual	222
Conclusões	225
Referências bibliográficas	226

PARTE III

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

CAPÍTULO 1

PRAZO DECADENCIAL PARA A PROPOSITURA DE AÇÃO RESCISÓRIA FUNDADA EM PROVA NOVA: UMA EXCEÇÃO À REGRA

<i>Caio Cesar Vieira Rocha • Gustavo Fávero Vaughn</i>	229
Introdução.....	229
1. Ação rescisória e prova nova	231
2. Ação rescisória e decadência.....	238
Considerações finais.....	240
Referências bibliográficas	241

CAPÍTULO 2

TÉCNICA DE JULGAMENTO AMPLIADO DO ART. 942 DO CPC

<i>Cid Marconi Gurgel de Souza</i>	245
--	-----

Introdução.....	245
1. Dos embargos infringentes	245
1.1. Princípio da dupla conformidade	245
1.2. Origem histórica dos embargos infringentes	247
1.3. Evolução dos embargos infringentes no ordenamento brasileiro e sua extinção.....	248
2. Da técnica de ampliação do órgão julgador.....	255
Conclusão	262
Referências bibliograficas	263

CAPÍTULO 3

IRDR – 2 ANOS DE FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO NA JUSTIÇA FEDERAL

<i>Cid Marconi Gurgel de Souza</i>	265
Introdução.....	265
1. Requisitos para a instauração do IRDR.....	268
1.1. Tramite do IRDR.....	269
2. Irdr instaurados nos TRFs	273
Conclusão	279
Bibliografia	279

CAPÍTULO 4

TÉCNICA DE JULGAMENTO AMPLIADO DO ART. 942 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

<i>Élio Wanderley de Siqueira Filho</i>	281
Referências bibliográficas	291

CAPÍTULO 5

TUTELA DE URGÊNCIA EM ARBITRAGEM: CONFRONTO ENTRE AS COMPETÊNCIAS DA JUSTIÇA ESTADUAL E FEDERAL?

<i>Flávio Luiz Yarshell</i>	293
-----------------------------------	-----

CAPÍTULO 6

COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL FEDERAL EM RAZÃO DO VALOR DA CAUSA

<i>João Paulo Hecker da Silva • Cesar Augusto Martins Carnaúba</i>	305
--	-----

Introdução.....	305
1. O regime jurídico de fixação de competência do juizado especial federal...	307
2. Uma proposta de visão acautelada sobre o tema	311
Conclusões	317
Referências bibliográficas	317

CAPÍTULO 7

O NOVO CPC E A VINCULAÇÃO AOS PRECEDENTES - BREVES CONSIDERAÇÕES

<i>Luiz Alberto Gurgel de Faria</i>	319
Introdução.....	319
1. Precedentes: origens.....	321
2. Precedentes vs. Jurisprudência	322
3. Precedentes e fundamentação	324
4. Precedentes: vinculação ou persuasão?	325
Conclusão	328
Bibliografia	329

CAPÍTULO 8

TUTELA PROVISÓRIA RECURSAL COMO GARANTIA DA EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO E DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO

<i>Mairan Gonçalves Maia Júnior</i>	331
Introdução.....	331
1. A tutela provisória e seu papel funcional como instrumento da efetividade da jurisdição e da razoável duração do processo.....	331
2. A tutela provisória no CPC de 2015.....	335
3. A tutela provisória recursal.....	336
4. A natureza da tutela provisória recursal.....	338
5. Da aplicação das disposições gerais da tutela provisória em sede de tutela recursal.....	338
5.1. Pressupostos necessários ao deferimento da tutela recursal	339
5.2. Oitiva da parte contrária.....	341
5.3. Possibilidade de condicionamento à prestação de caução	342
5.4. A cessação da tutela jurisdicional provisória	343

5.5. Efeitos da cessação da tutela jurisdicional provisória.....	344
5.6. Revogabilidade e modificabilidade da tutela provisória recursal ...	345
5.7. Responsabilidade pela efetivação da tutela recursal	350
Observações conclusivas	355
Referências bibliográficas	357

CAPÍTULO 9

LIGEIRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A APLICAÇÃO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL AO PROCESSO PENAL

<i>Marcelo Navarro Ribeiro Dantas</i>	359
---	-----

CAPÍTULO 10

PROCESSO ESTRUTURAL E DE INTERESSE PÚBLICO

<i>Paulo Henrique dos Santos Lucon</i>	367
Introdução.....	367
1. Colaboração processual	368
2. Decisões programáticas.....	371
3. Execução estrutural	374
4. Encerramento: o estímulo às soluções negociadas.....	375
Referências bibliográficas	377

CAPÍTULO 11

EXTENSÃO E ALCANCE DA TÉCNICA DE JULGAMENTO DO ART. 942 DO NCPC: INTERPRETAÇÕES (IM)POSSÍVEIS

<i>Tiago Asfor Rocha Lima • Letícia Torquato de Menezes</i>	379
Introdução.....	379
1. Extinção dos embargos infringentes e a inserção da técnica de julgamento colegiado ampliado (art. 942, NCPC).	381
2. Interpretações (im)possíveis acerca da técnica de ampliação do quórum de julgadores	383
2.1 Natureza da técnica prevista no art. 942 do CPC.....	383
2.2 Composição do órgão julgador: critérios claros e objetivos para a convocação de magistrados.....	384

2.3 Hipótese de inconstitucionalidade/ilegalidade: inovação por meio de Regimento Interno de Tribunal.	385
2.4 Incide a técnica de julgamento do art. 942 no âmbito do STJ/STF?...	390
2.5 Da técnica de julgamento do art. 942 inserida nos Regimentos Internos dos Tribunais Regionais Federais	391
CONCLUSÕES	392
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	394

PARTE IV

DIREITO ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO 1

A LEI 13.606/2018 E O MARCO INICIAL DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE EM EXECUÇÃO FISCAL DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA: NECESSIDADE DE REVISÃO DA SÚMULA 314 DO STJ

<i>André Dias Fernandes</i>	397
Introdução.....	397
1. Inconstitucionalidade por ofensa à reserva de lei complementar	398
2. Inexistência de diferença ontológica ou teleológica entre a suspensão e o arquivamento provisório.....	408
3. O custo de oportunidade	415
4. O reforço proporcionado pela lei 13.606/2018	417
Conclusão	420
Referências bibliográficas	422

CAPÍTULO 2

A RESPONSABILIDADE CIVIL DO SERVIDOR PÚBLICO POR INSCRIÇÃO INDEVIDA DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO: ENTRE A PROTEÇÃO AO FUNCIONÁRIO DO FISCO E ÀS VÍTIMAS DO ESTADO

<i>Bruno Leonardo Câmara Carrá</i>	423
Introdução.....	423
1. Atividade tributária e responsabilidade civil do estado	424
2. Dever e responsabilidade do servidor público	428
3. Atuação vinculada e elemento subjetivo para imputação do agente fiscal	430

4. Teoria da dupla garantia e ação direta contra o servidor	434
Conclusões	438
Bibliografia citada.....	439

CAPÍTULO 3

A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO ÂMBITO DAS EXECUÇÕES FISCAIS

<i>Cecília Maria Piedra Marcondes</i>	441
Introdução.....	441
1. Conceito	442
2. Histórico	444
3. A desconsideração da personalidade jurídica no direito brasileiro	446
4. Relação entre o direito civil e o direito tributário	447
5. A desconsideração da personalidade jurídica no âmbito da obrigação tributária.....	448
6. Crédito tributário.....	449
7. Diferença entre redirecionamento e desconsideração da personalidade jurídica	451
Conclusão	456
Referências bibliográficas	457

CAPÍTULO 4

LANÇAMENTO FISCAL POR ARBITRAMENTO: HIPÓTESES DE CABIMENTO E OS LIMITES LEGAIS

<i>Hugo de Brito Machado Segundo • Raquel Cavalcanti Ramos Machado</i> ...	459
Introdução.....	459
1. Lançamento tributário e arbitramento	460
2. Verdade e legalidade	462
3. Índícios e a questão do ônus da prova.....	464
4. Escrita fiscal “inidônea” e a falácia da petição de princípios	469
5. Exame de tais questões pelo superior tribunal de justiça e a súmula 7/STJ	470
Considerações finais	472
Referências bibliográficas	473

CAPÍTULO 5

DESCONSIDERAÇÃO, PROCESSO EXECUTIVO E EXECUÇÃO FISCAL

<i>Juvencio Vasconcelos Viana</i>	475
Introdução.....	475
1. Aproximar direito e processo.....	476
2. Aspectos processuais da desconsideração da pessoa jurídica	477
3. Novo CPC e a LEF	482
Conclusão	485
Referências bibliográficas	486

CAPÍTULO 6

GRUPO ECONÔMICO E REDIRECIONAMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL: NOVOS CONTORNOS

<i>Luciano de Souza Godoy</i>	487
Introdução.....	488
1. Possíveis situações configuradoras de responsabilidade do grupo econômico pelo pagamento de dívidas tributárias.....	490
2. O redirecionamento da execução fiscal a grupos econômicos com fundamento na desconsideração da personalidade jurídica – artigo 50, do código civil de 2002	494
3. A visão dos tribunais regionais federais sobre a aplicação do incidente de desconsideração da personalidade jurídica no âmbito das execuções fiscais	498
4. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica e sua aplicabilidade às execuções fiscais.....	504
Conclusão	508
Referências bibliográficas	510

CAPÍTULO 7

REDIRECIONAMENTO DA EXECUÇÃO FISCAL: NOVOS CONTORNOS DA JURISPRUDÊNCIA

<i>Márcio Souza Guimarães</i>	513
Introdução.....	513
1. A responsabilidade patrimonial da pessoa jurídica	515
1.1. A sociedade e o sócio.....	517
1.2. Os atos da pessoa jurídica: administrador.....	521

SUMÁRIO

2. O redirecionamento da execução fiscal.....	525
2.1. Responsabilidade tributária	526
2.2. Hipóteses de redirecionamento da execução fiscal	528
Conclusão	537
Bibliografia	538